



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

01 de julho 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Visor	<b>Data:</b> 01/07/2015
<b>Assunto:</b> Entrevista		<b>Página:</b> 02

# DIÁRIO CATARINENSE

## OSSOS DO OFÍCIO

Leitores enviaram e-mails para questionar entrevista de Raimundo Colombo quando disse que o “Estado tá show”. Ele referia-se ao modelo de gestão que está implantando, perto do que considera ideal. Duro é convencer o cidadão acurado pela crescente sensação de insegurança, de que está tudo bem. As delegacias estão às moscas e a criminalidade em alta. Na Saúde, nada de resolver o impasse da UTI do Cepon e a queda na qualidade do Samu após ser terceirizado. Nas escolas a greve acabou, mas o magistério está longe do que se possa chamar de satisfeito com as condições de trabalho. Como o espaço é democrático, depois dos elogios, fica o registro das críticas.



Veículo: A Notícia	Editoria: Artigo	Data: 01/07/2015
Assunto: Ideologia de Gênero		Página: 08

# A NOTÍCIA

## Temor de se falar sobre gênero

PATRICIA STAHL GAGLIOTTI,

jornalista



Desde que passou a se travestir, Fátima (nome fictício) se prostitui todas as noites em Joinville. Enquanto mostra as agressões que já sofreu, disse preferir um trabalho formal, mas não consegue mais arrumar emprego, já que sua aparência "não condiz" com seu sexo biológico, nem com o nome no RG.

Histórias como a de Fátima são reais e estão acontecendo agora e talvez nem entrem nas estatísticas da violência. Entre 2012 e o primeiro semestre de 2014, mais de 17 mil mulheres sofreram violência, apenas no Norte de SC, segundo reportagem publicada em "AN".

Precisamos mudar isso, e a educação é uma importante ferramenta nesse processo. No entanto, nos últimos dias, ao menos oito Estados aprovaram seus planos de educação retirando deles artigos que orientavam escolas à

promoção da igualdade e ao combate à discriminação racial, sexual e de gênero.

A meta era: não deixar que a criança saísse da escola por sofrer preconceito. Em Joinville, o plano seguiu para a Câmara de Vereadores

sem nenhuma menção à questão. Que lástima!

**Religião não pode orientar políticas públicas, isso fere o princípio democrático da laicidade.**

Os argumentos contrários, de representantes políticos e parte da sociedade civil, são, em sua maioria, de caráter religioso. Todos têm o direito de seguir determinada religião e de serem respeitados por isso, mas estamos perdendo a oportunidade de educar para a cidadania, o respeito à pluralidade e diversidade por causa do temor de alguns de que sua filha ou seu filho aprenda a olhar o mundo de forma diferente daquela que se tinha como verdadeira. Religião não pode orientar políticas públicas, isso fere o princípio democrático da laicidade.

Inúmeras vezes têm tratado gênero como ideologia, tentando qualificá-lo como uma falsa questão e dizendo que o Estado está querendo impor uma visão. Não! O que se quer é discutir o assunto porque não se pode ser discriminado pelo fato de ser diferente do que outros consideram ser o "correto".

Sendo estudada ou não nas escolas, a diversidade continuará existindo. Os movimentos sociais continuarão lutando e educando nas ruas. E as escolas continuarão gaiolas e não asas, ao contrário do que sonhou Rubem Alves.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Artigo

Data: 01/07/2015

Assunto: Ideologia de Gênero

Página: 07

# A NOTÍCIA

## “Homem e mulher, Deus os criou”

**MAURÍCIO PEIXER**

Vereador em Joinville



Com essa passagem de Gênesis 1, 27, os bispos do Brasil (CNBB), reunidos em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho, manifestaram-se sobre a tentativa de inclusão da ideologia de gênero nos planos estaduais e municipais de educação.

A presidente da República, Dilma Rousseff, sancionou no passado a Lei 13005/2014, que tratava do Plano Nacional de Educação (PNE), e nele prevê as metas da educação básica para os próximos 10 anos. Ele estipula que os Estados e os municípios redijam o seu plano e o aproveiem em 2015.

Dentro do PNE que foi encaminhado aos Estados e municípios, pretende-se incluir o ensino da ideologia de gênero, segundo o qual homem e mulher não diferem pelo sexo, mas, sim, pelo gênero, e que este não possui base biológica, sendo algo inventado pela sociedade. O plano sugere que o gênero deveria ser livremente escolhido pela criança.

A CNBB afirma que “pretender que a identidade sexual seja uma construção eminentemente cultural, com a consequente escolha pessoal, como propõe a ideologia de gênero, não é caminho para combater a discriminação das pessoas por causa de sua orientação sexual”.

**Sou a favor da família e contra esta tentativa de “roubar” dos pais o direito de educar.**

*A responsabilidade de criar e educar a criança é função dos pais. A tentativa de transferir essa responsabilidade ao Estado e à escola é abrir mão do dom que Deus deu aos pais de acompanhar o crescimento dos filhos.*

*Se aprovado este plano em sua íntegra, com a inclusão da ideologia de gênero, nós, pais, estaremos permitindo que seja ensinado aos nossos filhos nas escolas que não existe diferença entre homem e mulher, o que provocará constrangimento e confusão da cabeça de quem ainda não tem maturidade para assimilar tais informações.*

*A aprovação deste documento obrigará as escolas a ensinar para as nossas crianças que não são meninos ou meninas, e que precisam inventar um gênero para si. Para tal, o governo federal fornecerá material didático que ilustre o assunto.*

*Sou a favor da família e contra esta tentativa de “roubar” dos pais o direito de educar e acompanhar o crescimento dos filhos. Convoco a todos os cidadãos do bem a declarar seu voto em favor da vida, dizendo “não” à ideologia de gênero.*



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 01/07/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> Online



### Nova rodada de negociações entre governo e SINTE ocorre nesta terça-feira (30)

Ocorre nesta terça-feira (30), mais uma nova rodada de negociações entre o governo estadual e o SINTE/SC sobre o novo plano de carreira dos professores. Nesta segunda-feira (29), Colombo admitiu que o cenário de queda na arrecadação e rompimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal podem fazer esse encaminhamento ter que esperar.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 01/07/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



### **OPINIÃO: A EDUCAÇÃO AINDA PODE PIORAR**

**"A experiência internacional mostra que há maneiras mais simples e eficazes de oferecer Ensino de qualidade do que o PNE e o SNE", afirmaram Claudio Castro, João Batista e Simon Schwartzman**

**Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)**

A Educação brasileira continua péssima pelos padrões internacionais, apesar dos sucessivos Planos Nacionais de Educação (PNEs) e do enorme aumento de gastos, que passaram de 4% para 9,3% da receita líquida do Tesouro Nacional entre 2004 e 2014. Em diversos momentos, cada um dos autores deste artigo já comentou a respeito dos equívocos do plano atual, uma grande lista desconexa de metas sem prioridades nem mecanismos efetivos de concretização. Uma dessas metas é criar um "Sistema Nacional de Educação" (SNE) cujo formato está sendo proposto agora pelo MEC. Se essa proposta vingar, o mais provável é que a burocracia e os custos aumentem e a qualidade da Educação piore ainda mais. Como concebido, tal sistema engessa definitivamente o setor, entroniza o corporativismo e destrói o que quer fortalecer, o combalido federalismo.

Dois documentos, um de 2014 e outro recente, de 2015, especificam o que se pretende. O primeiro estabelece uma lei complementar para tratar do regime de "cooperação" – termo novo substituindo o regime de colaboração previsto na Constituição. O segundo cria um emaranhado de instâncias consultivas e deliberativas entre municípios, Estados e governo federal, que supostamente ajudariam a resolver os problemas de qualidade e equidade da Educação.

Em nenhum país sério as decisões sobre Educação são tomadas por meio de negociações recorrentes e intermináveis entre sindicatos, Professores, grupos de interesse e governos locais, estaduais e nacionais. O cipoal de instâncias burocráticas e consultivas propostas destrói qualquer possibilidade de políticas inteligentes, criando um nevoeiro de vozes cacofônicas. Há dezenas de países com regime federalista, incluindo Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Rússia, Suíça e Estados Unidos. O grau de descentralização e autonomia dessas federações é muito variável,



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

mas em nenhuma delas há algo parecido com o que se propõe para o SNE, e todas estão bem nas avaliações da Educação da OCDE, o Pisa.

O federalismo ajuda ou atrapalha? Estudo recente sobre o federalismo alemão mostra como uma única iniciativa – Educação infantil de qualidade – seria capaz de neutralizar as desigualdades regionais, atribuídas muitas vezes às diferentes maneiras como as regiões organizam seus sistemas Escolares. A lição é clara: para lidar com os problemas de equidade e qualidade são necessárias políticas focalizadas, viáveis e consistentes – e não arranjos institucionais complexos.

O discurso em torno do PNE e do SNE pareceria promover o federalismo. Mas nas últimas semanas o que se viu foi um movimento para pressionar Estados e municípios a aprovar a toque de caixa suas “leis” da Educação, sugerindo o oposto: um forte movimento de centralização e uniformização. Chegou-se a distribuir “a” minuta do projeto de lei – a mesma para todo o País. Amedrontaram os municípios com o argumento de que sem tais leis aprovadas não teriam acesso aos recursos do MEC. Pouco mais de mil leis, praticamente iguais, foram aprovadas nestas últimas semanas.

Se é para copiar e colar, para que tanta burocracia? E alguém acredita que esse papelório vai fazer alguma diferença?

Como estabelecer as responsabilidades de cada instância da Federação? A Educação básica é atribuição de Estados e municípios, que variam muito em termos de recursos e capacidade gerencial. O governo federal tem importantes papéis a cumprir, levando à frente a proposta de uma base nacional comum para a Educação fundamental, estabelecendo padrões de qualidade, melhorando os sistemas de avaliação, estimulando a formação de bons Professores, certificando diretores, aprimorando os mecanismos de seleção de livros didáticos, proporcionando assistência técnica e complementando os recursos das redes Escolares mais carentes. Os Estados, por sua vez, poderiam promover a municipalização do Ensino fundamental e concentrar-se em diversificar o Ensino médio, com suas variantes acadêmicas e profissionais, como ocorre em todo o mundo – isso já seria um grande avanço. Ambos poderiam criar incentivos para estimular iniciativas eficazes e diversificadas dos municípios, que não podem ser tratados como se os 3.914 com menos de 20 mil habitantes fossem iguais a São Paulo, ou ao Rio de Janeiro, ou a Belo Horizonte.

Dentro do próprio governo existem propostas interessantes, como a do ministro Mangabeira Unger, de usar recursos federais para premiar Professores que atingirem determinados patamares de desempenho. Se esses Professores fossem destinados às turmas e Escolas mais fracas, isso poderia produzir muito mais ganhos de equidade e qualidade do que realizar 5.500 conferências municipais de Educação.

Tudo isso pode ser feito dentro da atual legislação. Além de trazer complicações desnecessárias, o SNE exigiria recursos adicionais, que hoje não existem, e se existissem, deveriam ser aplicados em projetos bem definidos, com metas claras e mecanismos também claros de avaliação de resultados. Para promover a eficiência e equidade existem dois mecanismos conhecidos: os incentivos, estimulando e premiando as boas práticas; e as regras hierárquicas, em que as autoridades



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

governamentais usam de sua autoridade legal para cumprir os objetivos para os quais foram eleitos ou nomeados. Em seu lugar, o SNE propõe regras complexas e inviáveis, a serem estabelecidas por assembleias, comitês, conselhos e uma infinidade de órgãos, que, em última análise, diluem as responsabilidades.

Em contraste, o uso criativo de bons sistemas de incentivo, associados a estímulo à diversidade, autonomia, iniciativa local e simplificação de procedimentos, costuma ser muito mais eficaz. A experiência internacional mostra que há maneiras muito mais simples e eficazes de oferecer Ensino de qualidade do que as propostas do PNE e do SNE.